



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Chegou ao conhecimento do CHEGA que, em 21 de Julho do corrente ano, cerca de 300 agentes da PSP foram notificados para abandonar os alojamentos (camarata) do Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS) - PSP, até dia 15 de Setembro.

Tal notificação, para além de dar um prazo curtíssimo para que os referidos agentes abandonem os alojamentos em que se encontram, alguns há anos, ignora completamente as dificuldades que existem hoje no mercado imobiliário e mais especificamente no acesso ao arrendamento. Ignora também os baixos salários dos polícias e, por fim, ignora o óbvio, que é o facto daquelas pessoas se encontrarem em camarata por se encontrarem a trabalhar deslocados das suas residências, muitos deles (senão a maioria) contra a sua vontade.

O mínimo aceitável seria oferecer uma alternativa de alojamento, ainda que temporária.

Tal decisão, absolutamente unilateral e sem qualquer consideração pelos profissionais, terá fortes impactos na situação económica e familiar das pessoas afectadas. Inclusivamente existe já notícia de alguns desses profissionais terem decidido abandonar a carreira. Note-se que é evidente a falta de atratividade na carreira de polícia bem como a carência destes profissionais, e este tipo de situações só agrava o estado das coisas e levará a que mais esquadras tenham que encerrar e que a insegurança aumente. Portanto, o Governo continua sem valorizar minimamente os polícias e as suas políticas apenas têm vindo a agravar uma situação já de si muito precária, com impacto para os próprios polícias mas também para a sociedade em geral.

Ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações ao Sr. Ministro da Administração Interna:

- Está ou não prevista uma solução de habitação para os polícias despejados da camarata?
- Quando se prevê que estejam prontos os novos alojamentos a serem construídos?
- Porque razão enquanto a construção de novos alojamentos ou reabilitação dos existentes não se conclui, o Governo não recorre ao arrendamento para providenciar alojamento em condições dignas?

Palácio de São Bento, 1 de agosto de 2022

Deputado(a)s

ANDRÉ VENTURA(CH)

BRUNO NUNES(CH)

DIOGO PACHECO DE AMORIM(CH)

FILIPPE MELO(CH)

GABRIEL MITHÁ RIBEIRO(CH)

JORGE GALVEIAS(CH)

PEDRO DOS SANTOS FRAZÃO(CH)

PEDRO PESSANHA(CH)

PEDRO PINTO(CH)

RITA MATIAS(CH)

RUI AFONSO(CH)

RUI PAULO SOUSA(CH)